

Órgão: CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO

PRESIDENTE: MARCELO GOMES MORAES

Período: Abril a Junho de 2020

## 1 – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

Em cumprimento as determinações legais, e em observância ao que dispõe a Resolução TC nº 206 de 1º de novembro de 2001, o Controle Interno deste Município, criada através da Lei nº 12 de 2001 de 11 de dezembro de 2001, realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao 2º Trimestre do corrente exercício, cujos resultados relatamos abaixo:

O Plano Plurianual do Consorcio para o quadriênio 2018/2021 foi aprovado pela Lei nº 2/2017, de 13 de setembro de 2017.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2019 foi aprovada através da Lei nº 01/2019 de 30 de agosto de 2019, e encontra-se compatível com as disposições constantes no Plano Plurianual.

A Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei nº 01/2019 de 30 de agosto de 2019, estimou a despesa da Autarquia Intermunicipal em R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), assim distribuídos:

Despesas Correntes	1.503.000,00
Despesas de Capital	797.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.300.000,00</b>

## 2 – REPASSE E TESOURARIA:

2.1 – O total repassado pelos consorciados no trimestre em análise totalizou em R\$ 290.318,34 (duzentos e noventa mil trezentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos). Segue abaixo um breve demonstrativo do repasse mensal do CPAC, nesse período anual:

Competência	Repasse (R\$)
Abril	112.162,77
Maio	92.953,33
Junho	85.202,24
<b>TOTAL</b>	<b>290.318,34</b>

2.2 – As disponibilidades financeiras do órgão, registradas na contabilidade em 30/06/2020, importava em R\$ 679,56 (seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) assim distribuídas:

Bancos c/ movimento	<b>679,56</b>
<b>TOTAL</b>	<b>679,56</b>

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros analíticos existentes na contabilidade.

Verificando o demonstrativo que evidencia os saldos extraídos dos extratos bancários, encontramos um total de R\$ 679,56 (seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos). As diferenças entre os saldos registrados na contabilidade e aqueles existentes nos extratos bancários encontram-se devidamente informadas através das conciliações bancárias.

### 3 – DESPESA

3.1 – Com relação a despesa empenhada no período foi anulado um saldo de R\$ 14.866,80 (quatorze mil oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos). O total de despesas liquidadas no período em análise, decorrentes de empenhos deste trimestre, importou em R\$ 268.214,45 (duzentos e sessenta e oito mil duzentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos). Do volume acumulado de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foram pagas neste trimestre a importância de R\$ 281.018,22 (duzentos e oitenta e um mil e dezoito reais e vinte e dois reais). Segue abaixo um resumo da execução da despesa orçamentária:

Empenhos		Liquidações		Pagamentos	
No Período	Acumulado	No Período	Acumulado	No Período	Acumulado
<b>-14.866,80</b>	<b>1.339.603,34</b>	<b>268.214,45</b>	<b>545.765,34</b>	<b>281.018,22</b>	<b>537.576,81</b>

### 3.2– CRÉDITOS ADICIONAIS NO PERÍODO

Foram abertos no período créditos adicionais no montante de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). Para abertura destes créditos, foram utilizadas as fontes de recursos estabelecidas no art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme detalhamento abaixo:

Credito suplementar	<b>18.500,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>18.500,00</b>

### 3.3– DIÁRIAS

No período em análise não houve pagamento de diárias.

### 3.4 – PATRIMÔNIO

O patrimônio do Município é controlado por sistema informatizado, estando todos os bens devidamente registrados. No período foram gastos com patrimônio os valores abaixo discriminados:

Material de Consumo	7.012,42
Equip. e Mat. Permanente	6.600,00
Obras e Instalações	0,00
<b>Total de Incorporações</b>	<b>13.612,42</b>

## 4 – LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL

### 4.1 – DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO

O total da despesa do Consórcio Público do Agreste Central Sergipano com folha de pagamento até o período atingiu o montante de **R\$ 305.348,48 (trezentos e cinco mil trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos)**. Constatamos que os gastos com folha de pagamento da Autarquia Intermunicipal encontram-se de acordo com as normas legais.

A despesa total com pessoal, apurada de acordo com o disposto no art. 18, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), encontra-se adequada ao limite imposto pela referida legislação. O detalhamento dos valores da Receita Corrente Líquida e da Despesa com Pessoal foram apresentadas mensalmente nos Relatório Trimestral de Auditoria, cujos dados serão obtidos através do Relatório de Gestão Fiscal, publicado semestralmente, conforme preceitua o art. 54 cc o art. 63, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 5 – AÇÕES CPAC

### **Relatório Trimestral das Ações Realizadas nos Municípios Consortiados ao CPAC (Abril, Maio, Junho)**

Nos meses de Abril, Maio e Junho, a priori o CPAC realizou palestras em alguns municípios consorciados para fazer a implementação de projetos, os quais foram elaborados por esta Autarquia Intermunicipal. Vale destacar que nesse período o consórcio também apoiou e ajudou as cidades consorciadas, fazendo visitas técnicas com a equipe de engenheiros do consórcio, com o objetivo de auxiliar cada vez mais os municípios na confecção do PRAD. É de suma importância destacar que em virtude da pandemia que alastra o mundo (COVID-19), essa autarquia intermunicipal apoiou as cooperativas cadastradas dos municípios consorciados, doando protetores faciais e álcool a 70%, cestas básicas.

Vale ressaltar também que muitos dos projetos que estavam marcados para realizar nos municípios, teve que ser remarcada para outros momentos, em virtude da pandemia do COVID-19.

Os projetos aos quais foram desenvolvidos nesses três meses, foi planejado e desenvolvido com o objetivo conhecer e integrar as diferentes formas de caracterizar o meio ambiente. Logo, Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010) e no Decreto nº7.404/2010, vem com o intuito de incluir tais abordagens.

Em anexo está contida algumas ações que foram realizadas pelo CPAC (Consórcio Público do Agreste Central) nos meses de abril, maio, junho, no ano de 2020.

**ABRIL**

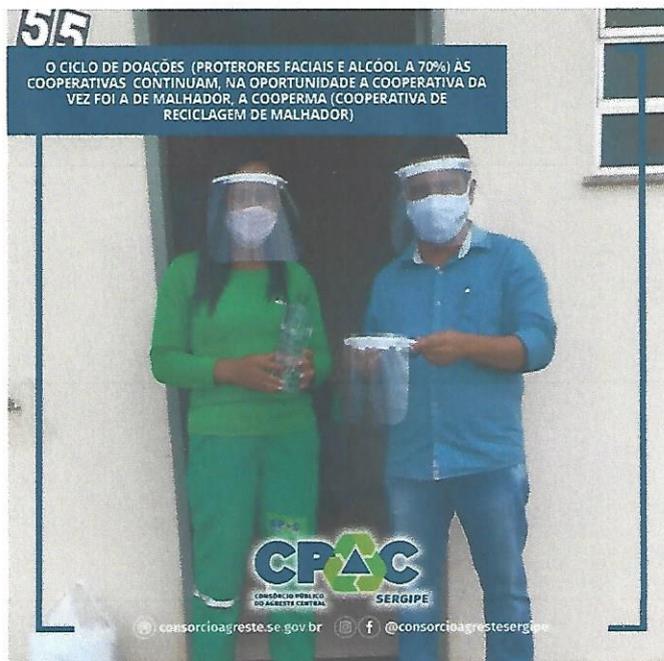


Visita Técnica com o objetivo da elaboração do PRAD, no município de Santa Rosa de Lima/SE, no dia 07 de abril de 2020.

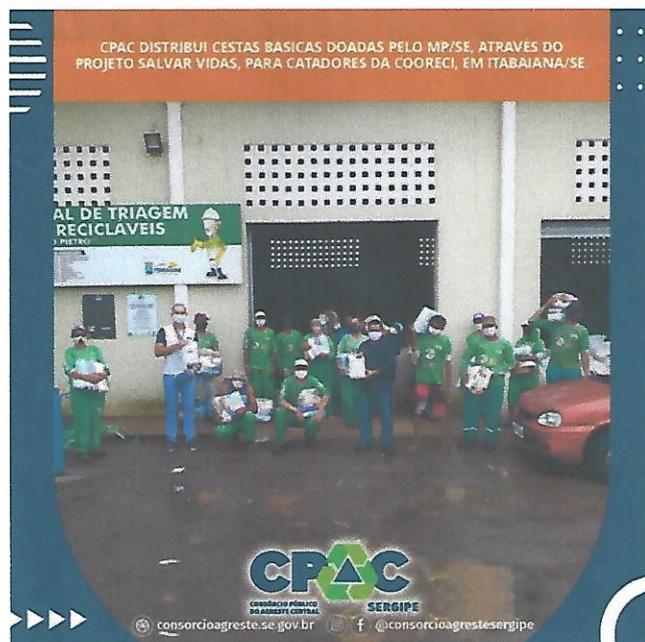


Entrega de EPIs, carrinhos, tonéis para auxiliar os catadores de materiais recicláveis no Município de Divina Pastora/SE, no dia 08 de abril de 2020.

## JUNHO



Doação de protetores faciais e álcool a 70%, cestas básicas no município de Malhador/SE, no dia 12 de junho de 2020.



Doação de protetores faciais e álcool a 70%, cestas básicas no município de Itabaiana/SE, no dia 24 de junho de 2020.

## 6 – CONCLUSÃO

Pela análise dos documentos postos à nossa disposição, concluímos que os procedimentos adotados pelo órgão, encontram-se de acordo com as normas vigentes.

---

RIBEIRÓPOLIS/SE, 23 de julho de 2020.

*Luana Oliveira Santos*  
**LUANA OLIVEIRA SANTOS**  
CONTROLE INTERNO CPAC